

TRABALHADORES/AS DA ELETRONORTE AMANHECEM COM A PERICULOSIDADE CORTADA, MESMO TENDO SE EXPOSTO AO RISCO

Foi com profunda revolta que os trabalhadores e trabalhadoras da Eletronorte, principalmente nas regionais, receberam seus contracheques no dia 31 de julho. Se por um lado, houve a alegria por receber a PLR, por outro, houve revolta pelo corte unilateral do Adicional de Periculosidade aos empregados/as que se expuseram ao risco elétrico durante o mês de julho.

Tal ato acaba por demonstrar uma profunda desorganização das áreas responsáveis pela gestão desse processo, bem como desca-so e desrespeito para com os trabalhadores, ocorrendo ofensa à honra dos empregados.

O SINDINORTE já havia alertado à Diretoria da Eletronorte sobre os riscos de ocorrer esse corte do adicional de periculosidade, mas, infelizmente não foram ouvidos, sendo assim, tanto a DIRETORIA DE GESTÃO, quanto a SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS – GSP e GERÊNCIA DE SEGURANÇA, MEDICINA DO TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA – GSPS, como responsáveis por esse processo devem normalizar imediatamente esse pagamento, devem explicações aos trabalhadores/as, bem como um pedido de desculpas, nessa ordem.



NÃO ACEITAMOS
DESRESPEITO!

QUEREMOS NOSSO
DINHEIRO DE VOLTA
JÁ!

Esse episódio demonstra também que a empresa não pode se vangloriar e nem vender para a Eletrobras, uma imagem de que o processo de concessão do adicional de periculosidade seja um “CASE DE SUCESSO”, pois, existem diversos pontos a corrigir. Basta agora que os gestores responsáveis aceitem a opinião do Sindinorte, e comecem, de fato, um processo de negociação, como prevê o acordo coletivo específico e nacional em suas cláusulas, pois, a IN 026 é uma norma ou regulamento aplicado aos recursos humanos e, sendo assim, deve ser discutida com os sindicatos.

Portanto, aguardamos o pagamento do adicional de periculosidade, ainda esta semana que se encerra dia 04/08/2017.

CNE VAI ENVIAR CONTRIBUIÇÕES ÀS CONSULTAS PÚBLICAS DO MME

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), através de suas entidades componentes, deverá apresentar contribuições às Consultas Públicas N° 32 e 33 do Ministério de Minas e Energia, que visam respectivamente propor “Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro” e “Alterações ao Marco Regulatório do Setor Elétrico”.

A decisão faz parte das deliberações do SEMINÁRIO “PRIVATIZAR NÃO É A SOLUÇÃO”, realizado em Brasília na semana passada, reunindo dirigentes sindicais de todo o Brasil e diversos estudiosos do setor elétrico nacional.

A intenção do CNE é principalmente fazer o contraponto às propostas que vem sendo apresentadas pelos agentes do setor elétrico, marcadas fortemente por uma visão do

mercado em detrimento da preservação das empresas do setor elétrico, como patrimônio do povo brasileiro.

Como sabemos, as empresas do Sistema Eletrobras - que compõem tanto o sistema elétrico nacional, quanto os sistemas isolados - são, além de empresas de energia elétrica, importantes agentes de desenvolvimento regional em regiões extremamente pobres, casos da Eletronorte e Chesf. Assim também são Furnas e Eletrosul, responsáveis pela geração e transmissão de energia na região mais desenvolvida do Brasil, bem como a Eletronuclear, que detém todo o conhecimento estratégico da Energia Nuclear.

Pensar o setor elétrico sem essas empresas é não pensar no Brasil, além do que as propostas de renovação do marco regulatório do setor

elétrico já trazem consigo a ameaça de aumento imediato das tarifas de energia elétrica, como foi amplamente divulgado por jornais de circulação nacional.

O CNE, através de suas entidades, consultou representantes das empresas do Sistema Eletrobras e nenhum deles sabia das Consultas Públicas, principalmente a de número 33, o que trouxe uma certa preocupação, visto que ficar alheio ao processo demonstra que a gestão de Wilson Pinto não é essa excelência que ele tenta passar ao mercado.

Será muito importante que os trabalhadores, conhecedores das regras de mercado e legislação do setor elétrico, contribuam para que possamos formular uma proposta composta de diversos pontos e apresentarmos às consultas.



CONSULTAS PÚBLICAS
OS/AS TRABALHADORES/AS TEM PROPOSTAS!

<http://www.mme.gov.br/web/guest/consultas-publicas>